SANTOS (Sílvio Coelho dos). — *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis, edição do autor, 1974. (124 págs., 13 mapas, 26 fotos, 1 gráfico, um roteiro sugestão para se caracterizar os aspectos históricos e Sócio-Culturais de um Município, bibliografia de apoio).

Nova História de Santa Catarina, de Sílvio Coelho dos Santos é uma obra que pretende dar uma visão clara e objetiva do que foi e do que é uma sociedade em desenvolvimento e, além disso, fornecer elementos para a compreensão de Santa Catarina em termos de sua história e sua formação sócio-cultural.

O professor de Ciências Humanas doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Sílvio Coelho Santos pretende, como afirma na orelha do livro, tentar uma macro-interpretação sócio-histórica, em sua obra. O livro por razões que se desconhece, não traz apresentação. Enfoca, no primeiro capítulo, Santa Catarina de hoje e, nos três seguintes, tece considerações sobre a conquista da terra. Do quinto capítulo ao nono, levanta considerações sobre as primeiras povoações e a respeito dos elementos humanos que chegaram a Santa Catarina, no período colonial, salientando a importância dessas conquistas como elemento cultural do próprio meio. No décimo capítulo, enaltece o heroísmo de Anita Garibaldi. A partir do décimo primeiro, enfoca a imigração dos alemães e italianos e, nos últimos, as lutas relativas às questões de limites. Conclui no capítulo XVI: "Gente de muitas origens forma o povo". explicando o franco processo de homogeneização cultural.

Apesar de alguns capítulos estarem dentro de uma linha factual, com as referências complementares, bibliografia de apoio, roteiro, mapas, fotos, gráfico e a interpretação sócio-histórica, são valiosos para conhecermos um pouco mais da história de Santa Catarina.

*

O trabalho é iniciado pela localização do Estado de Santa Catarina na região sul, entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, com uma área de 95.985 km² "com 3.000.000 de habitantes distribuídos pelos seus 197 municípios" (pág. 7). A população catarinense é de origem variada, guardando costumes diferentes e exercendo diversas atividades econômicas. O autor esclarece como, na década de cinquenta, se estabelece a política de desenvolvimento em Santa Catarina, como surgem soluções catarinenses para os problemas sócio-econômicos-culturais, e como pretendem que o Estado participe no cenário nacional.

Inicia propriamente a história catarinense pela descrição das expedições que tinham atingido a Ilha de Santa Catarina logo nas primeiras décadas após o "descobrimento do Brasil". Destacando dentre elas a de Sebastião Caboto (1526) de que resultava o nome ao Estado.

A terra encontrada já era povoada pelos índios e, apesar dos primeiros contactos entre brancos e índios terem sido cordiais, resultaram algum tempo de-

pois conflitos e vendas dos silvícolas como escravos. Os mais prejudicados foram os carijó que, em fins do século XVII, já haviam desaparecido definitivamente do litoral catarinense.

Durante muito tempo, a Espanha reivindica a posse de Ilha de Santa Catarina o que somente ocorreu por ocasião da reunião das duas coroas ibéricas. Nessa época focada, Santa Catarina e o litoral fronteiro ficaram sob o domínio dos portugueses e espanhóis. Temporariamente, cessam as lutas. Mais tarde aparecem as primeiras povoações no litoral como bases para garantir os interesses portugueses no sul. Distinguem-se alguns paulistas que iam caçar índios na região e acabaram se fixando aí. Entre eles se destacam Manuel Lourenço de Andrade e Dias Velho, sendo que este último iniciou o povoamento da Ilha de Santa Catarina, tornando o local estratégico para o sucesso dos planos militares. Graças ao gado que os paulistas iam buscar no Rio Grande do Sul para venderem na região aurífera, surgiram locais de pouso e de descanso dos animais e a fixação de moradores permanentes como aconteceu em Lages (1771). Toda a razão de ser de Lages era a estrada de tropas, e tornou-se o centro irradiador de povoamento do planalto. Com isso se verificou que o interior e o litoral de Santa Catarina foram povoados de forma diferente, o primeiro graças ao comércio de gado e o segundo pelas disputas político-militares entre Portugal e Espanha. Portugal percebeu que, sem as operações militares, não conseguiria defender seus interesses na área de Prata, e para isso, por decisão do *"Conselho Ultramarino, Portugal em 1746 resolveu promover a imigração de açorianos para a ilha de Santa Catarina, litoral fronteiro e Rio Grande"* (pág. 58). Prometeram vasta ajuda aos imigrantes que nem sempre a obtiveram, mas que serviram de infra-estrutura aos projetos expansionistas de Portugal. Ao lado desses imigrantes, encontramos os escravos índios e negros que ajudaram na fixação do homem branco e que contribuíram para a formação do povo, graças a miscigenação.

Quanto aos espanhóis continuaram a lutar para conquistar a Ilha de Santa Catarina e só desistiram após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso em 1777. No décimo capítulo, Sílvio Coelho dos Santos enaltece os trabalhos da catarinense Anita Garibaldi (Ana de Jesus Ribeiro) que, ao lado do italiano José Garibaldi, participou das guerras do Brasil e da Itália. No capítulo seguinte, aponta a diversidade dos fatores responsáveis pela imigração européia para a região. Das colônias fundadas tornaram-se importantes: Blumenau e Joinville, e destacaram-se como imigrantes os alemães, italianos, russos, poloneses e austríacos. Com a vinda destes, formou-se uma verdadeira disputa pela terra, de um lado os estrangeiros que queriam abrir uma propriedade agrícola e de outro os índios que a ocuparam. A solução parece ter vindo em 1910, quando o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios e alguns funcionários do serviço, após vários contatos, pacificaram principalmente os índios *"da tribo dos Kolkleg"* (pág. 88) e aos poucos conseguiram travar relações amistosas com outras tribos. No contexto nacional, Santa Catarina en-

volveu-se na Revolução de 1893, apesar da ascensão do Marechal Floriano Peixoto, os ânimos não se acalmaram. Não quiseram aceitar o governo enviado para Desterro que, por sua vez, ordenou a chacina de quase duas centenas de pessoas. Mais tarde, apesar dos desentendimentos entre Santa Catarina e o Governo Federal, mudaram a capital do Estado de Nossa Senhora do Desterro para o de Florianópolis. No décimo quarto capítulo o autor foi muito feliz na colocação dos esclarecimentos sobre a Guerra do Contestado (a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina) completando informações que geralmente são confusas. A região de Lages, colocada sob a jurisdição catarinense por D. João VI, foi reivindicada sempre pelo Paraná, até a sentença do Supremo Tribunal de 1904 que deu ganho de causa a Santa Catarina. Com a abertura da estrada de ferro para o Sul: São Paulo-Rio Grande e cessão pelo governo de 15 km de terra de cada lado do leito da estrada, a empresa construtora veio criar um foco de atritos, descontentamento entre os posseiros que, liderados por um dos monges que então surgiu na região, de nome José Maria Agostini, agravaram o problema religioso e resultaram nos combates até 1915.

O litígio terminou com a divisão dos 48.000 km² que estavam em disputa, cabendo ao Paraná "*aproximadamente 20.000 km² e a Santa Catarina 28.000 km²*" (pág. 103), isto por interferência direta do Presidente Wenceslau Braz. Com a solução da questão de limites, dá-se a conquista do oeste. Termina o último capítulo dizendo que "*Santa Catarina é um verdadeiro mosaico étnico*" (pág. 109). O Estado é diversificado quanto à paisagem, as etnias e aos costumes, mas quanto à base econômica que o identifica caminha para a uniformidade.

Em resumo, pode-se afirmar que a obra, apesar da linha factual, traz uma série de elementos que fornecem pistas para uma interpretação sócio-histórica, aliás, tentada, em termos relativos, pelo autor. É uma obra que se vem inscrever dentre aquelas que prestigiam a pesquisa histórica e torna-se uma leitura básica para os que queiram compreender a história regional do Estado de Santa Catarina.

IRINA VASSILIEFF